

RELATÓRIO E CONTAS

2018

ÓBIDOS CRIATIVA – E.M.



ÍNDICE	2
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
INTRODUÇÃO	4
EVENTOS E CELEBRAÇÕES	13
DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DO APOIO E COOPERAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES TURÍSTICAS OU CULTURAIS	21
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	38
RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO	67
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – RELATÓRIO DE AUDITORIA	69
<i>A DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES - 31 DE DEZEMBRO (N.º 3 DO ARTIGO 15 DA LEI N.º 8/2012)</i>	72

Apresentação da Empresa

Identificação:

Óbidos Criativa – E.M.

Sede Social:

Edifício dos Paços do Concelho, Largo de São Pedro, 2510-089 Óbidos

Número de pessoa colectiva:

507 566 343

Capital Social: € 1.137.886,00

Estrutura Accionista:

Município de Óbidos 100%

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente (Executivo): Dr. Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro

Vogal da Administração (Não Executivo): Dr. Alexandre dos Santos Ferreira

Vogal da Administração (Não Executiva): Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis

Fiscal Único

Garruço, Viana & Associado, SROC, Lda., representada por Dr. João Martins Viana

Contabilista Certificada

Dra. Michelle Henriques Ferreira

I – Introdução

Mensagem da Administração

A empresa municipal “Óbidos Criativa, E.M.”, através do seu Conselho de Administração, agradece a todas as entidades, fornecedores, munícipes e turistas que nos visitaram, o apoio prestado neste ano de 2018. A “Óbidos Criativa, E.M.” garantiu resultados líquidos positivos no exercício de 2018, o que demonstra um excelente desempenho ao nível da obtenção da receita e no controlo da despesa.

Neste exercício, a empresa municipal não recebeu qualquer subsídio atribuído através de Contrato Programa do Município de Óbidos.

Assim, tendo em conta que cada entidade/ instituição é o resultado do que os seus recursos geram do ponto de vista de produção, agradecemos o empenho, a dedicação e o esforço de todos os colaboradores da “Óbidos Criativa, E.M.”, pois sem eles tudo teria sido mais difícil de concretizar em áreas tão específicas como a produção de animação turística e cultural, conforme se tem verificado.

Entidade empresarial local

A “Óbidos Criativa, E.M.”, é uma pessoa coletiva pública provida de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira sob tutela do Município de Óbidos, acionista único. A “Óbidos Criativa, E.M.” tem na sua missão a “administração e gestão de equipamentos cultu-

rais e a promoção de atividades de animação social, cultural e turística, iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade e com custos controlados. Perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, de modo a atingir as expectativas dos visitantes e a elevar os padrões de qualidade de vida das comunidades locais. Nos termos das disposições legais estatutárias, o Conselho de Administração apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018, destacando os aspetos que considera mais relevantes na atividade desenvolvida.

Em 28 de fevereiro de 2013 através da apresentação de registo comercial “8 - AP. 1/20130228” a empresa municipal adaptou os seus estatutos à Lei nº 50/2012 de 31 de agosto (Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53 -F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro).

Atividade desenvolvida

No exercício de 2018 a empresa municipal “Óbidos Criativa, E.M.” organizou novamente, à imagem dos anos anteriores, um alargado leque de atividades, nos termos e no horizonte, do seu objeto social e no seguimento das suas competências, mandatadas pela Câmara Municipal de Óbidos, com o propósito de promover e apoiar o desenvolvimento de ações nos domínios do seu objeto social, nomeadamente o artigo 4.º dos Estatutos, contribuindo desta forma com uma oferta cultural de qualidade e diversificada, procurando fomentar a valorização e o desenvolvimento económico e social do concelho de Óbidos.

O plano de atividades da “Óbidos Criativa, E.M.”, aprovado em Assembleia Geral, demonstra a relevância de todo o investimento que se tem realizado nas áreas dos eventos, sociocultural e turística, tirando vantagens das sinergias próprias que o nosso território oferece, promovendo

e criando uma rede com *stakeholders* de diferentes ramos da atividade económica, designadamente com os seguintes setores:

- o turismo, hotelaria, restauração e similares;
- a requalificação e a revitalização do centro histórico;
- o comércio e indústria locais e regionais;
- o associativismo cultural, recreativo e social e a comunidade local;
- as escolas e as universidades;
- a proteção e conservação do património cultural material e imaterial.

O Resultado do exercício de 2018 apresentou uma tendência crescente quando comparado com os resultados dos últimos anos, com as expectativas previstas inicialmente a verterem algumas notas em função dos investimentos necessários.

Desta forma, e novamente neste exercício, o atual executivo municipal, mais uma vez não protocolizou com a “Óbidos Criativa, E.M.”, quaisquer participações financeiras ou subsídios à exploração, normalmente designados por contratos programa.

Por tudo isto, o exercício de 2018 iniciou-se uma vez mais, em circunstâncias excecionais. Foi um período em que as previsões económico-financeiras eram mais favoráveis, estimulado pela anunciada retoma financeira e económica que se ambicionava há bastante tempo e que teima em chegar.

A “Óbidos Criativa, E.M.”, através da sua abrangente programação e mediatização das atividades realizadas, continua a ter a capacidade de aumentar o número de visitantes e turistas à Vila de Óbidos e ao concelho, prova mais que evidente da força que a marca

“Óbidos” tem. Este é o resultado da capacidade que esta Administração teve de desenvolver e aplicar políticas que aliaram a marca Óbidos aos recursos patrimoniais, materiais e imateriais existentes, e a produtos como o Festival Internacional de Chocolate, o Óbidos Vila Natal, o Mercado Medieval de Óbidos permitindo que a *UNESCO em 2015* designasse a estratégia “Óbidos Vila Literária” como “*Cidade Criativa da Literatura*”.

A “Óbidos Criativa, E.M.”, no seu âmbito social, e em observância com as competências e acordos estabelecidos com o Município de Óbidos, assume a missão de parceiro privilegiado do Município de Óbidos no desenvolvimento da estratégia traçada para o nosso território, cabendo a si, desenvolver um vasto leque de programas e atividades que procuram cooperar para a valorização do capital cultural, em que Óbidos enquanto denominador comum, tem para oferecer, de entre os quais destacamos:

- Festival Internacional de Chocolate;
- Semana Santa;
- Latitudes (Literatura de viajantes)
- SIPO (Júnior) – Semana Internacional de Piano de Óbidos
- Mercado Medieval de Óbidos;
- Óbidos Busker’s Festival;
- SIPO – Semana Internacional de Piano de Óbidos;
- FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos;
- Óbidos Vila Natal;

- todas as exposições realizadas nos diferentes espaços museológicos e respetivas galerias de arte.

Entre as muitas iniciativas do abrangente leque de ações de dinamização dos museus e galerias existentes, e para além das diversas parcerias com entidades públicas e privadas, salientamos a organização de vários colóquios e iniciativas no âmbito da recriação histórica e cultural, da educação, da religião e do mundo empresarial.

Os programas de animação sociocultural e turístico apresentam as melhores ofertas. A “Óbidos Criativa, E.M.” procurou atingir, e levou a efeito o *“Festival Internacional de Chocolate”*, marcado, neste ano em particular, por condições climáticas muito desfavoráveis, comprometendo os objetivos previstos; o *“Mercado Medieval de Óbidos”*, o *“FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos”* e o *“Óbidos Vila Natal”* demonstraram que a estratégia adotada pela Câmara Municipal de Óbidos, tendo a “Óbidos Criativa, E.M.” como elemento capital, tem proporcionado, ao longo de mais de uma década, alargar os horizontes de atratividade de Óbidos como sendo cada vez mais, um dos mais importantes destinos turísticos em Portugal.

A realização destes eventos, durante praticamente todo o ano, com especial evidência para as épocas convencionais, onde o turismo em época baixa tem tido maior expressão, ajuda a melhorar a oferta cultural e possibilita um considerável incremento nas receitas geradas na economia local e regional, resultado do excelente trabalho realizado, de acordo com os dados divulgados pela entidade regional *“Turismo do Centro”* e também pelo *“Instituto Nacional de Estatística”*.

A *“Óbidos Criativa, E. M.”* e a *Câmara Municipal de Óbidos*, em parceria com a *“Associação Cultural Óbidos Vila Literária”*, entre outros, organizou e produziu o *“FOLIO – Festival Literário*

W
des
A

Internacional de Óbidos” que, sem surpresas, mostrou ser de novo um sucesso para Óbidos e para a sua afirmação enquanto “*Vila Literária e Cidade Criativa da Literatura da UNESCO*”.

Nesta última edição, os resultados não poderiam ter sido melhores. O êxito foi novamente reconhecido pela crítica, possibilitando novos e mais contributos para todos aqueles que, de alguma forma, concorreram para que o “*FOLIO*” atingisse tão distinto prestígio nacional e Internacional.

Com os resultados obtidos do programa diversificado e de excelência, o “*FOLIO*” contribuiu para que esta empresa municipal, com todos os seus recursos internos e externos, fosse convidada pelo “*Turismo de Portugal, IP*” a desenvolver um programa de promoção turística alicerçado na literatura e nos livros. Assim, aumentou a responsabilidade e o reconhecimento do trabalho de muitas e muitos que em boa hora se juntaram a todos nós! O ano de 2018 fica também marcado pelo convite, por parte do Município de Óbidos, para que esta empresa integrasse a nova direção da “*ATO - Associação de Turismo de Óbidos*”, por considerar a empresa municipal como um parceiro estratégico e fundamental na prossecução dos seus objetivos. Esta associação foi reativada após alguns anos de ausência de corpos sociais.

O ano de 2018, em particular, foi um ano criado pelo ambiente de alguma confiança na economia, ainda não com a solidez desejada, mas com sinais tímidos de algum vigor. Os resultados apresentados neste relatório demonstram também algumas das arduidades para atingir os nossos objetivos, nomeadamente no plano económico, sem que mais uma vez tenhamos recorrido a um Contrato Programa entre a “*Óbidos Criativa E.M.*” e a “*Câmara Municipal de Óbidos*”.

Handwritten signature and initials in blue ink.

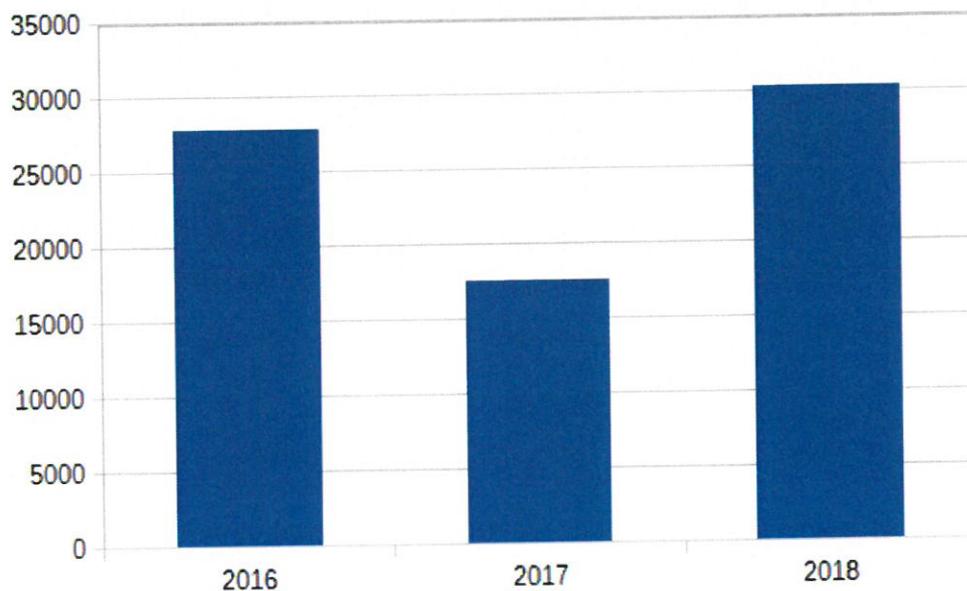
Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício económico de 2018, os resultados apresentados refletem a atividade desenvolvida pela “Óbidos Criativa-E.M.”. De facto, o total de réditos atingiu um valor de 1.789.601,44€.

A estrutura de rendimentos é baseada essencialmente na prestação de serviços dos eventos e nas rendas das concessões de espaços.

Relativamente aos gastos e perdas incorridos no período económico, o valor foi de 1.759.239,06€.

Na sequência do exposto e do ponto de vista económico, a entidade apresentou um, resultado antes de impostos de 30.362,38€; e um resultado líquido de 13.357,22€.



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:



ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018	
Ativo não corrente	849.054,69€	42,72%
Ativo corrente	1.138.631,93€	57,28%
Total ativo	1.987.686,62€	100,00%

RUBRICAS	2018	
Capitais Próprios	1.576.014,05€	79,29%
Passivo não corrente	14.571,22€	0,73%
Passivo corrente	397.101,35€	19,98%
Total Capitais Próprios e Passivo	1.987.686,62€	100,00%

Considerações Finais

O ano de 2018 manifestou-se ilustrativo de como a frieza da gestão e a prudência do seu plano de atividades é essencial para a boa saúde financeira necessária à gestão da coisa pública. Pelo exposto gostaríamos de exprimir os nossos maiores agradecimentos a todos aos que ao longo do ano manifestaram a nossa confiança e preferência, muito em especial aos nossos Clientes, Fornecedores e Acionista, porque a todos eles se deve muito do nosso trabalho assim como do desenvolvimento das nossas atividades, e a razão de ser desta

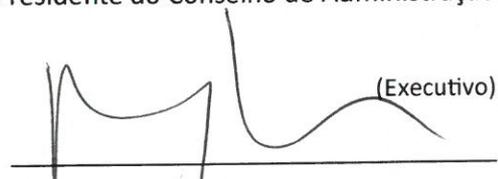
empresa.

A toda a equipa de colaboradores da empresa municipal e parceiros, deixamos uma mensagem de apreço e gratidão pelo seu profissionalismo, empenho e dedicação, os quais são elementos fundamentais para o sucesso.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras e demais elementos conforme a lei em vigor.

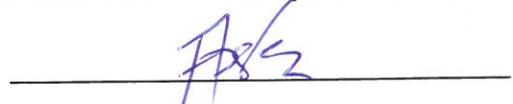
Óbidos, 20 de Março de 2019

O Presidente do Conselho de Administração



(Executivo)
Dr. Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



Dr. Alexandre dos Santos Ferreira

A Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis

Eventos e celebrações

Introdução

A Óbidos Criativa, E.M., procedeu ao culminar do seu objeto social nos diversos âmbitos que o inserem:

No domínio do turismo cultural de Óbidos

A importância que o turismo em Óbidos representa para o desenvolvimento da economia local é uma constatação indiscutível. O crescimento deste sector continua a registar resultados muito positivos que nos permitem prosseguir, e estar otimistas para os próximos exercícios, face à sua relevância e também para o desenvolvimento da comunidade local, designadamente no seu forte contributo para a criação de emprego no país. No nosso caso particular e relativamente ao centro histórico, recebemos no último ano mais de dois milhões de visitantes e cerca de duzentos e quarenta mil turistas no nosso concelho, de nacionalidade portuguesa e estrangeira. É sabido que número de visitantes tem vindo a crescer progressivamente, consequência de um conjunto de fatores e atividades que temos levado a cabo e que apontam para o desenvolvimento e a promoção da atividade de animação turística. Nas competências da qualificação da oferta, expomos como exemplo o cuidado demonstrado nos eventos de Óbidos que visam continuar a oferecer um produto inovador e de qualidade a todos aqueles que escolhem esta vila e o nosso concelho para uma estada.

É objetivo para esta administração que o turismo se estabeleça e afirme num instrumento de desenvolvimento do concelho. Este necessita de desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando tudo o que o seu potencial representa com a criação de novos produtos turísticos, complementares para segmentos distintos, a partir de recursos endógenos e produtos autóctones. Toda a programação relativa à atividade de animação turística visa precisamente a promoção da marca Óbidos de forma a potenciar e incrementar a atratividade e procurar captar cada vez mais e “melhor turismo”.

É também conhecida a política do executivo municipal quanto ao reconhecimento da indústria do turismo como um dos sectores económicos capitais para a sustentabilidade do concelho de Óbidos. Através da Óbidos Criativa, empresa municipal, tem apostado fortemente na

organização de eventos temáticos com periodicidade fixa e de grande afluência, com especial ênfase para, o Mercado Medieval de Óbidos, o Óbidos Vila Natal, o Festival Internacional de Chocolate e o FOLIO - Festival Literário Internacional de Óbidos.

Os grandes eventos culturais e temáticos resultam numa estratégia efetiva de complementaridade e diversidade de toda a oferta turística de Óbidos e da região Oeste, captando novos segmentos da procura e renovando o interesse de visitantes da região Centro de Portugal, justificando investimentos públicos e privados, quer na vertente turística, quer na vertente cultural.

Os eventos temáticos, organizados em Óbidos, têm a particularidade de criar e apresentar programas muito diversificados e que introduzem novas áreas de entretenimento, estimulando estadas mais prolongadas, dinamizando a procura do nosso concelho e da região. Reiteramos a importância, numa moldura de macroeconomia, da organização de eventos temáticos e de animação turística, gerando riqueza em consequência de receitas diretas, resultante do aluguer de espaços, bilheteiras, e receitas indiretas ao nível do alojamento, viagens, restauração e muitos outros serviços turísticos complementares.

São várias as vantagens resultantes da organização de eventos em Óbidos, desde logo pelo efeito multiplicador e pelo impacto causado sobre muitas atividades económicas. A realização dos eventos têm lugar ao longo do ano permitindo que, em época turística média ou baixa, como é o caso do Óbidos Vila Natal e do Festival Internacional de Chocolate, possamos contribuir para a diminuição dos efeitos da sazonalidade, um problema tão sentido na atividade turística no nosso país. Os eventos ajudam igualmente a captar a atenção, a animar atrações e equipamentos fixos, estimulando a repetição de visitas. Deste modo, maximiza-se e racionaliza-se o uso dos espaços, com os consequentes benefícios financeiros mas, também a nível de preservação e divulgação do património artístico e cultural.

Por último, através da oferta de animação e de eventos culturais e turísticos, os territórios começam a atrair não apenas turistas, mas também novos residentes e investidores. Com a estratégia de realização destes eventos em Óbidos, surge uma nova indústria turística complementar, ajustada às características dos produtos oferecidos, com a consequente geração de atividade e diversificação económica, incorporando também novos espaços que podem ser partilhados pelas empresas e cidadãos de todo o nosso concelho.

AD

A importância dos “selos” na atividade turística e cultural como é o caso da nomeação de Óbidos como Cidade da Literatura da Unesco, em 2015, significa que Óbidos passou a integrar um grupo de destinos turísticos mundiais alicerçado numa estratégia ligada à criação de uma “Vila Literária” com um produto turístico diferenciado, já com nichos de mercado consideráveis. Óbidos, hoje em dia, dispõe de livrarias localizadas dentro do centro histórico, algumas das quais em edifícios geridos pela Óbidos Criativa e outras sob a responsabilidade da iniciativa privada. Na estratégia dos eventos temáticos, a empresa municipal aposta forte neste segmento, e com a insígnia “Cidade de Literatura de Óbidos”, e em outros eventos especificamente relacionados com livros e que incluem apresentações, debates, ciclos de cinema, mesas redondas, exposições, cursos de formação, leituras de livros são apoiados pela Óbidos Criativa. O “Folio – Festival Internacional de Literatura e o “Latitudes - Festival de Literatura de Viagens” são eventos de máxima importância para a estratégia municipal, cuja organização da parte de animação musical recai, em parte, nesta empresa municipal municipal, quer através da disponibilização de técnicos, apoio logístico e cedência de espaços.

A Óbidos Criativa, empresa municipal continua a apresentar um calendário de eventos com uma vertente educativa muito forte, com objetivos de formar novos públicos, desde crianças do pré-escolar até à terceira idade. O conceito de “Aprender enquanto se diverte” sempre foi uma missão subjacente à criação e concepção, não só dos grandes eventos temáticos, mas também das temporadas de música eruditas, mais pequenas, mas não de menor importância, concertos de música clássica e, principalmente, a parceria com a Associação Internacional de Cursos de Música de Óbidos na organização da Semana Internacional de Piano e Semana Internacional de Piano Júnior, juntando a vertente educativa, cultural e turística de uma forma singular.

A Óbidos Criativa, empresa municipal tem procurado, ao longo do tempo adaptar-se aos tempos, às alterações do mercado e à expectativas dos visitantes, sem nunca esquecer o local onde se insere, tirando benefício do centro histórico em que está inserida, promovendo um produto turístico de qualidade e formando aqueles que por aqui encontram formas de divertimento e lazer.



Na presente análise está incluída a consolidação das seguintes atividades:

Eventos

- Atividades do Feriado Municipal de Óbidos
- Festival Internacional do Chocolate – **13 a 22 de Abril (de sexta a domingo)**
- Celebrações da Semana Santa - **24 de março a 1 de Abril**
- Festival Latitudes – **26 a 29 de abril**
- Mercado Medieval – **12 de Julho a 05 de Agosto**
- SIPO – **29 de Julho a 11 de Agosto**
- Óbidos Buskers Festival – **08 e 09 de Setembro**
- Fólho – **27 de Setembro a 7 de Outubro**
- Óbidos Vila Natal – **30 de Novembro a 6 de Janeiro de 2019**

Atividades Galeria Nova Ogiva



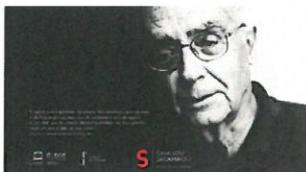
- **27 Janeiro'18 a 15 de Abril'18** – Concepção, montagem e desenvolvimento da exposição dos artistas Ana Vidigal e Nuno Nunes – Ferreira; memórias sociais, de um de outro, que se encontram no espaço da galeria e remetem o visitante para a história recente de Portugal.



- **11 de Maio'18** – Inauguração da exposição “Voar, a verdadeira Essência do Éter”, de Francisco Piqueiro.

- **Outubro'18 a 11 de Janeiro'19** – Exposição PIM! - integrada no FOLIO ILUSTRA

Galeria Casa do Pelourinho



- **23 de Abril'18** – A Casa Saramago constitui-se um espaço de Literatura onde para além da obra e vida de José Saramago se pretende dar a conhecer um conjunto de atividades relacionadas com a palavra e a imagem. Inauguração da Casa José Saramago Óbidos Vila Literária, numa parceria entre o Município de Óbidos e a Fundação José Saramago. A cerimónia contou com a presença de Pilar del Rio, Presidente da Fundação José Saramago, de Jorge Leonardo, chefe de gabinete do Ministro da Cultura e de Humberto Marques, Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Museu Abílio de Mattos e Silva

- **Desde 14 de Março'17** – Gil Vicente em Abílio_artes do palco, cenário, figurinos e pintura no Museu.



- **3 de Fevereiro'18 a 31 de Abril'18** – Obras gráficas que marcaram o sec. XX dando a conhecer conteúdos, temáticas e abordagens de comunicação - Curador : Jorge Silva.



- **27 de Setembro'18 a 11 de Outubro'18** - Exposição "Do Paraíso ao Inferno Vicentino" - Trilogia Gil Vicente/Abílio de Mattos e Silva e José Carlos Barros.

Museu Municipal



- **Desde de Janeiro'05** – *exposição permanente*

A exposição permanente do Museu Municipal de Óbidos é uma viagem pela produção artística e pela devoção religiosa da história da Vila. A coleção testemunha a ação das colegiadas religiosas e o enriquecimento cultural marcado por encomendas a alguns

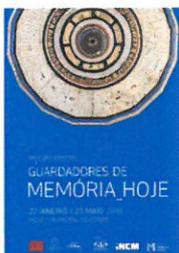
dos maiores nomes da Arte Portuguesa. Destaca-se a coleção de pintura dos séculos XVI e XVII, onde constam obras de André Reinoso e Josefa d'Óbidos.



➤ **Desde 1 de Janeiro'05** – Exposição “PINTURA ANTIGA EM ÓBIDOS” - Conjunto valioso de pintura antiga, do séc. XVI ao sec. XVIII, que constitui o acervo resultante da parceria entre a Fábrica da Paróquia e a Câmara Municipal de Óbidos; o novo discurso expositivo deu lugar a uma Sala Josefa d' Óbidos, permitindo ao visitante uma análise mais próxima e mais focada na obra da pintura.



➤ **1 Março'18 a 1 de Maio'18** – ÓBIDOS_Fortaleza Natural das Artes - “HISTÓRIA, PINTURA, ESCULTURA EM ÓBIDOS” - As salas do Museu encheram-se de pinturas, num percurso cronológico, onde se informa o visitante das características da pintura e do local de onde a mesma foi retirada novo discurso expositivo deu lugar a uma Sala Josefa d' Óbidos, permitindo ao visitante uma análise mais próxima e mais focada na obra da pintura.



➤ **27 Janeiro'18** – Exposição “Guardadores de Memória” - concepção, organização, produção de texto e programa de comunicação e montagem; a memória dos objectos é a loinha de viagem desta exposição que se inicia no sec XXI, com as actividades /eventos de Óbidos e através de memórias diversas retorna ao território de Óbidos ate ao Paleolítico Superior.

➤ **Maio'18** – Residência Artística Samuel e Rodrigo. No início do mês de Maio chegaram a Óbidos Rodrigo Mabunda e Samuel Djive, dois moçambicanos que viajaram até esta vila do Oeste para realizarem uma residência artística. Alojados numa das casas do Município destinadas para este efeito, os dois artistas vieram para se relacionar com o território, efetuando uma recolha do património material e imaterial do concelho e mergulhando na identidade e memória local através do contacto com os obidenses. Realizaram um conjunto de actividades com a população local, que contemplaram ateliers nas Escolas de Óbidos, oficinas de rua aos fins-de-semana e encontros no Museu Municipal de Óbidos.

➤ **Outubro'18 a Dezembro'18** – Exposição “O Barroco em Óbidos”.



➤ **8 de Novembro'18** – Inauguração da nova Sala do Barroco - “Natureza morta com cesto de folares, flores e pano bordado (Óleo sobre tela).

Handwritten signature and initials in blue ink.



➤ **Desde 13 de Abril'17** – "SANTA MARIA em ÓBIDOS" - Roteiro Mariano na Vila de Óbidos, Vila Mariana, por excelência, assume nos oratórios das suas portas, nas capelas das suas igrejas, essa dimensão religiosa expressa na devoção a Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Assunção ou Nossa Senhora do Rosário.

➤ **3 de Maio'18 a 30 de Março'19** – Inauguração da exposição "Do Povo ao Rei". No momento em que o Santuário do Senhor Jesus da Pedra, Monumento de Interesse Público, volta a resplandecer no horizonte da Vila de Óbidos, resultado das obras de conservação e restauro a decorrerem presentemente, é oportuno reviver a história do imóvel e devolver-lhe a importância de outrora, restituindo-lhe a magnitude e beleza arquitetónicas.

Rede de Museus e Galerias



➤ **Desde de Dezembro'12** - "Um visitante, um mecenas"

Campanha que a Rede de Museus e Galerias de Óbidos leva a cabo desde o mês de Dezembro, com entradas gratuitas no Museu d'Óbidos - três coleções, três museus de Óbidos (Museu Municipal, Museu Paroquial e Museu Abílio) peça em destaque

➤ **27 de Setembro'18 a 7 de Outubro'18 :**

- Exposição "Moléstias, embustes e pontinhos andantes" - Ruas da Vila de Óbidos.
- Retratos a lápis dos poetas da Coleção "Palavra de Honor – Palavra de Honra da Editora Visor poesia para FOLIO de Juan Vida na Casa da Música.
- Homenagem a José Saramago – 20 anos de Prémio Nobel da Literatura na Casa Saramago.
- Exposição dos trabalhos dos alunos do Curso de Artes Plásticas da ESAD das Caldas da Rainha – Instituto Politécnico, quer na EPAC, quer no Centro de Design de Interiores.
- Exposição Temporária de Hilda Hilts por Fernando Lemos no Museu Municipal.



➤ **Visitas Guiadas**

- Colaboração das visitas guiadas, no programa Óbidos Visto Pelas Crianças
- Visita genérica à vila e RMG – intercâmbio de escola.



Handwritten signature and initials.

➤ **Criação do conceito e imagem gráfica #rmgobidos e página na rede social Instagram**



- **18 e 19 de Maio'18** - celebrou-se o Dia Internacional dos Museus e a Noite Europeia dos Museus.

Desenvolvimento local através do apoio e cooperação nas manifestações de animação turística e cultural

O desenvolvimento local ou comunitário é entendido como um reforço para melhorar as condições de vida daqueles que residem num local (a comunidade e o seu espaço geográfico e cultural) respeitando as suas características de autenticidade. Num contexto de desenvolvimento local, enquanto ação concertada, conduz a uma tomada de consciência acerca das potencialidades locais, promovendo, conseqüentemente, iniciativas geradoras de riqueza e de emprego. Deste modo, e de forma a apoiar o município de Óbidos no apoio a este sector, e ainda no enquadramento dos objetivos estabelecidos a esta empresa, foram prosseguidos apoios logísticos de cooperação, na cedência de equipamento de utilidade geral, mesas e cadeiras e outro material propriedade desta empresa municipal, bem como de cenografia e som, assim como o respetivo transporte, montagem e instalação, junto das seguintes associações para manifestações turísticas e culturais:

- Associação Jovens Voluntários das Gaeiras;
- Sociedade Musical e Recreativa Obidense, Grupo de Jovens da Paróquia de Óbidos, Guias de São Lourenço no Festival de Chocolate;
- Sociedade Vila Literária;
- Pista Municipal de Óbidos – atividades diversas;
- Associação de Estudantes da Escola Josefa de Óbidos;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos ;
- Sport Club do Bairro;
- Sociedade Cultural e Recreativa Gaeirense;
- Associação Recreativa e Cultural Amigos da Capeleira e Navalha;
- Comemoração do encerramento do ano letivo junto do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
- Junta de Freguesia da Usseira;
- Junta de Freguesia das Gaeiras;
- Rancho da Capeleira;

- Academia de Música de Óbidos;
- Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
- OBITEC (Parque Tecnológico de Óbidos);
- ADCO – Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Concelho de Óbidos para as atividades que decorrem no Espaço Ó;
- Participação de associações no Mercado Medieval de Óbidos;
- Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Vauense;
- Grupo Coral Nascente de Olho Marinho;
- Junta de Freguesia do Olho Marinho.

Análise da situação económica e financeira

Este relatório e contas respeitantes ao exercício económico de 2018 é elaborado nos termos da alínea d) do artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto e o previsto, na alínea g) do artigo 13.º e no artigo 33.º dos Estatutos da Óbidos Criativa – E.M.

Introdução

A gestão da “Óbidos Criativa – E.M.” volta a centrar-se na adaptabilidade dos seus recursos patrimoniais e financeiros, oscilando a volumetria dos custos consoante a obtenção de resultados periódicos e segundo a sustentabilidade do mercado económico.

Dentro desta ótica apresentamos os seguintes resultados:

Resultados

Rubricas	Orçamento	2018	2017
Rendimentos	1 684 458,40	1 789 601,44	1 635 913,70
Gastos	1 665 365,92	1 759 239,06	1 618 398,22
Resultados antes de impostos	19 092,48	30 362,38	17 515,48

Segue-se uma análise das situações relevantes nos rendimentos e gastos.

Rendimentos

Nesta análise, verifica-se um decréscimo geral na rubrica de vendas, quer face ao previsto, quer face ao período homólogo do ano anterior, sendo que, a rubrica de prestação de serviços apresenta um aumento geral.

	Réditos de Exploração				Variação 2018/2017 %
	Desvio %	Orçamento	2018	2017	
Vendas	-44,0	58 895,00	32 968,36	53 005,08	-37,8
Prestações de serviço	6,2	1 624 826,40	1 725 554,30	1 562 369,24	10,4
Total	4,4	1 683 721,40	1 758 522,66	1 615 374,32	8,9

A diversidade da rubrica de prestações de serviço obriga a recorrer a uma análise, na base de uma repartição setorial, como apresentamos no mapa seguinte.

Rendimentos da rubrica - Prestação de Serviços			
Sectores	2018	2017	Variação 2018/2017 %
Eventos	1 249 592,80	1 124 699,59	11,1
Alugueres & Concessões	471 227,21	431 600,18	9,2
Visitas Guiadas			
Formações/Workshops	4 734,29	6 069,47	-22,0
Museus			
TOTAL	1 725 554,30	1 562 369,24	10,4

Esta análise setorial destaca novamente neste ano de 2018, um decréscimo no setor de visitas guiadas, formações/workshops e museus. A gestão procedeu à continuidade da inexistência

propositada de determinados workshops, numa tentativa de racionalizar e unificar recursos noutros setores.

A variação positiva acentuada na rubrica de eventos evidencia um aumento acima da tendência de mercado.

A variação positiva na rubrica de alugueres e concessões transparece o aumento do factor procura de espaços (nos eventos) demonstrativos da sua vitalidade.

Prosseguindo a análise, apresentamos o mapa que se segue com outras rubricas de rendimentos não associados à exploração direta da atividade.

Outros rendimentos					
	Desvio %	Orçamento	2018	2017	Varição 2018/2017 %
Outros rendimentos e Ganhos	----	737,00	31 078,78	20 539,38	51,3

Salienta-se o facto de não ter existido nenhum contrato programa da parte do Município de Óbidos para o ano em análise.

A variação positiva da rubrica de outros rendimentos e ganhos, deve-se a uma situação de carácter pontual, relacionado com correções relativas a períodos anteriores, nomeadamente quanto à regularizações de encargos com férias e saldos de fornecedores.

Entende-se que os restantes valores absolutos dos desvios e variações apresentados, não merecem especial atenção pois decorrem da conjuntura e de outros factos próprios de toda e qualquer empresa.

Gastos e perdas

O foco no controlo interno de custos, transparece com a comparabilidade do incremento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, quer no desvio, quer na variação, com a execução dos rendimentos obtidos ao longo do ano. Este aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos deve-se à obtenção de recursos na recriação, conservação e manutenção de espaços físicos turísticos atrativos, cujo investimento surge mediante o aumento do fator procura.

Gastos e Perdas					
	Desvio %	Orçamento	2018	2017	Varição 2018/2017 %
CMVMC	-64,3	47 116,00	16 808,05	18 026,72	-6,8
Fornecimentos e serviços externos	25,7	843 814,00	1 060 605,49	847 121,02	25,2
Gastos com o pessoal	-13,7	712 875,67	615 381,67	694 862,11	-11,4
Imparidade de dívidas a receber	-	-	10 288,00	2 551,55	-
Gastos de depreciação e de amortização	-18,4	27 885,25	22 750,04	24 133,99	-5,7
Outros Gastos e Perdas	-0,4	33 545,00	33 405,81	31 579,01	5,8
Juros e Gastos similares	-	130,00	-	123,82	-
TOTAL	5,6	1 665 365,92	1 759 239,06	1 618 398,22	8,7

A imparidade de dívidas a receber engloba saldos de cobrança duvidosa respeitante a anos anteriores.

Para um melhor entendimento na distribuição das rubricas de fornecimento e serviços externos e gastos com pessoal, apresenta-se uma análise sectorial.

Sectores	Fornecimento & Serviços Externos			Gastos com o pessoal		
	2018	2017	Variação 2018/2017 %	2018	2017	Variação 2018/2017 %
Eventos	1 053 335,60	839 067,56	25,5	551 652,49	556 478,70	-0,9
Alugueres & Concessões	3 236,03	1 618,27	100,0	27 894,49	23 061,72	21,0
Visitas Guiadas Formações/Workshops Museus	4 033,86	6 435,19	-37,3	35 834,69	115 321,69	-68,9
TOTAL	1 060 605,49	847 121,02	25,2	615 381,67	694 862,11	-11,4

O aumento dos fornecimentos e serviços externos referente à rubrica de eventos deve-se à execução de novos projetos atrativos para fazer face ao aumento da procura nos inúmeros elementos da atividade de organização de eventos.

A variação dos gastos com o pessoal deve-se sobretudo ao acordo de cedência de interesse público celebrado no início do ano de 2018 com a envolvimento de cinco colaboradores, nos termos do n.º 8 do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 241º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro no âmbito do serviço de Turismo e Património Cultural junto do Município de Óbidos.

Análise financeira

A “Óbidos Criativa – E.M.” voltou a apresentar resultados líquidos positivos e reforça assim, uma sedimentação continua da linha de ação em nada oblíqua. Estrutura esta, que não coloca a obtenção de resultados positivos adiante da conjugação de todo o “ser” e “estar” da empresa.

Apresentam-se de seguida alguns indicadores económico financeiros. Da sua análise poderemos constatar que se encontram em linha com o exercício anterior, com pequenos desvios, evidenciando uma situação líquida e de autonomia favoráveis.

Rácios	31 Dez 17	31 Dez 18
Estrutura Financeira		
Autonomia Financeira (%) - Capital Próprio / Ativo	79,47%	79,29%
Solvabilidade (%) - Capital Próprio / Passivo	387,14%	382,83%
Endividamento (%) - Passivo / Activo	20,53%	20,71%
Estrutura do Endividamento (%) - Passivo Corrente / Passivo	100,00%	96,46%
Liquidez		
Liquidez Geral - Activo Corrente / Passivo Corrente	2,86	2,87
Equilíbrio Financeiro		
Fundo de Maneio – (Activo Corrente - Passivo Corrente)	725 644,90	741 530,58
EBITDA	41 773,29	53 112,42
Margem Bruta sobre as Vendas (%) - (Vendas - CMVMC) / (Vendas)	65,99%	49,02%
Funcionamento		
Rotação do Activo (%) - Volume de Negócios / Activo	85,14%	88,47%
Cash-Flow		
Cash Flow Bruto -(Resultado Líquido do Período + Depreciações e Amortizações + Provisões + Imparidades)	37 586,69	46 395,26

Gestão do risco

A empresa seguiu ao nível da gestão de risco a política adotada pela administração:

a) Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;
- Possui pessoas afetas às cobranças.

b) Riscos de Mercado

i) Risco de Taxa de Juro

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

ii) Risco de Taxa de Câmbio

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.

c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal,

mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

Investimentos

O investimento efetuado em equipamento totalizou 19.769,55 euros, sendo que 16,1% deve-se à aquisição do estritamente indispensável para substituir ou manter a conservação e utilidade do imobilizado existente e 83,9% deve-se à aquisição de material de sonoplastia para os eventos.

Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.

Proposta da aplicação de resultados

Nos termos do n.º2 do artigo 27.º dos estatutos da empresa propomos que o resultado líquido exercício **no valor positivo de 13.357,22 euros** seja transferido para a conta de resultados transitados, para cobertura de prejuízos acumulados em exercícios anteriores.

Perspetivas Futuras

Quanto a perspetivas futuras da empresa, prevê-se um crescimento sustentável no enquadramento da missão deste empresa municipal, “Óbidos Criativa – E.M.”.

Informações Diversas

- A entidade não dispõe de sucursais.

- A Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

- Durante o período de 2018, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo detido em 31 de dezembro de 2018.

- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.

- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.

- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

- Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

Após o termo do período, não se verificaram quaisquer factos dignos de destaque que possam afetar estas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras para o período de 2018 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 20 de Março de 2019.

Óbidos, 20 de Março de 2019

O Presidente do Conselho de Administração

(Executivo)



Ricardo José Redras Rodrigues Ribeiro

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



Dr. Alexandre dos Santos Ferreira

A Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o período intercalar de 1 Janeiro a 31 Dezembro 2018

Óbidos Criativa, EM

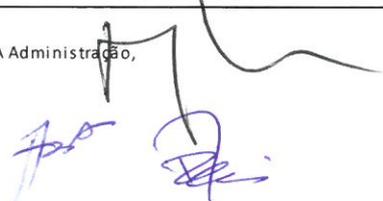
NIF: 507566343

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2018

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3; 6	82 602,66	85 583,15
Propriedades de investimento	3; 7	766 000,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	7	0,00	696 613,25
Ativos por impostos diferidos		452,03	
		849 054,69	782 196,40
Ativo corrente			
Inventários	3; 8	393 089,73	402 660,82
Clientes	3; 12	199 064,66	222 757,36
Estado e outros entes públicos	3; 11	0,00	7 851,37
Outros créditos a receber	3; 12	21 743,86	6 097,56
Diferimentos	3; 9	4 679,38	6 269,12
Caixa e depósitos bancários	3; 4	520 054,30	462 875,53
		1 138 631,93	1 108 511,76
Total do ativo		1 987 686,62	1 890 708,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3; 13	1 137 886,00	1 137 886,00
Reservas legais	13	86 470,84	86 470,84
Outras reservas	13	481 535,58	481 535,58
Resultados transitados	13	-198 051,12	-208 952,27
Excedentes de revalorização		54 815,53	
		1 562 656,83	1 496 940,15
Resultado líquido do período		13 357,22	10 901,15
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		1 576 014,05	1 507 841,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	11	14 571,22	
		14 571,22	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3; 12	60 504,87	176 392,24
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3; 11	96 733,74	61 708,27
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	3; 12	239 362,74	144 766,35
Diferimentos	9	500,00	
Passivos financeiros detidos para negociação			
		397 101,35	382 866,86
Total do passivo		411 672,57	382 866,86
Total do capital próprio e do passivo		1 987 686,62	1 890 708,16

A Administração,



A Contabilista Certificada,

Nichelle Ferreira

Óbidos Criativa, EM

NIF: 507566343

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período Interacalar entre 01 de Janeiro de 2018 e 31 de Dezembro de 2018

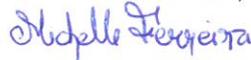
Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31 DEZEMBRO 2018	31 DEZEMBRO 2017
Vendas e serviços prestados	3; 10	1 758 522,66	1 615 374,32
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-16 808,05	-18 026,72
Fornecimentos e serviços externos	14	-1 060 605,49	-847 121,02
Gastos com o pessoal	15	-615 381,67	-694 862,11
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-10 288,00	-2 551,55
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	16	31 078,78	20 539,38
Outros gastos e perdas	16	-33 405,81	-31 579,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53 112,42	41 773,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-22 750,04	-24 133,99
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30 362,38	17 639,30
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-123,82
Resultado antes de impostos		30 362,38	17 515,48
Imposto sobre o rendimento do período	11	-17 005,16	-6 614,33
Resultado líquido do período		13 357,22	10 901,15

A Administração,



A Contabilista Certificada,



Óbidos Criativa, E.M

NIF: 507566343

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Intercalar entre 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro 2018

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2 034 767,72	2 039 035,33
Pagamentos a fornecedores		-862 036,96	-818 042,94
Pagamentos ao pessoal		-374 566,63	-646 291,68
Caixa gerada pelas operações		798 164,13	574 700,71
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7 851,37	-12 952,96
Outros recebimentos/pagamentos		-708 817,44	-462 009,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		81 495,32	99 738,27
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-24 316,55	-37 123,74
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-24 316,55	-37 123,74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuizos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	-6 079,83
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-6 079,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	57 178,77	56 534,70
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	462 875,53	406 340,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	520 054,30	462 875,53

A Administração,

A Contabilista Certificada,

Nichelle Freyreira

ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro 2018

(Valores em euros)

		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2018	1		1 137 886,00	86 470,84	481 535,58	0,00	-208 952,27	10 901,15	1 507 841,30
Alterações no período									
		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	54 815,53	0,00	0,00	54 815,53
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00	10 901,15	-10 901,15	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	54 815,53	10 901,15	-10 901,15	54 815,53
Resultado Líquido do Período	3							13 357,22	13 357,22
Resultado Integral 4 = 2 + 3								2 456,07	68 172,75
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1 137 886,00	86 470,84	481 535,58	54 815,53	-198 051,12	13 357,22	1 576 014,05

A Administração

A Contabilista Certificada

ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017

(Valores em euros)

		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2017	1		1 137 886,00	86 470,84	481 535,58	0,00	-228 629,29	19 677,02	1 496 940,15
Alterações no período									
		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00	19 677,02	-19 677,02	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	19 677,02	-19 677,02	0,00
Resultado Líquido do Período	3							10 901,15	10 901,15
Resultado Integral 4 = 2 + 3								-8 775,87	10 901,15
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1 137 886,00	86 470,84	481 535,58	0,00	-208 952,27	10 901,15	1 507 841,30

A Administração

A Contabilista Certificada

Michelle Ferreira

ANEXO

31 de Dezembro de 2018

Índice

1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	8
4. Fluxos de caixa.....	15
5. Partes relacionadas.....	15
6. Ativos fixos tangíveis.....	17
6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:.....	17
7. Propriedade de Investimento.....	19
8. Inventários.....	20
9. Diferimentos.....	21
10. Rédito.....	22
11. Impostos e Contribuições.....	22
13. Capitais Próprios.....	25
14. Fornecimentos e serviços externos.....	26
15. Gastos com o Pessoal.....	27
16. Outros gastos e outros rendimentos.....	28
17. Divulgações exigidas por diplomas legais.....	29
19. Eventos subsequentes.....	31
20. Outras informações.....	31
21. Gestão do Risco.....	32
22. Acontecimentos após a data do balanço.....	33

ANEXO

31 de Dezembro de 2018

O presente **Anexo**, relativo ao período económico que termina a 31 de Dezembro de 2018, procede à compilação das divulgações que a Entidade considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

1. Identificação da Entidade

A Entidade Óbidos Criativa, E.M., tem a sua sede no Largo de São Pedro, na vila e concelho de Óbidos. A Entidade tem como atividade principal a organização de atividades de animação turística (CAE 93293) e atividades secundárias atividades dos sítios e monumentos históricos (CAE 91030), comercio a retalho de outros produtos (CAE 47784) e pastelarias e casas de chá (CAE 56303).

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de mensuração

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e ganhos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

3.1.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até dia 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações estão creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas por imparidade.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontrar reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para “Resultados transitados”. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis é também transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta ou pelo método do saldo decrescente, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada bem.

As taxas de depreciação utilizadas, em conformidade com o período de vida útil atribuído a cada ativo, estão compreendidas nos períodos (mínimo e máximo) previstos no DR 25/2009, coincidentes com os períodos de vida útil estimada e que são os seguintes:

Descrição	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Os custos com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

O custo de um ativo construído pela própria entidade determina-se usando os mesmos princípios quanto a um ativo adquirido, ou seja, corresponde aos valores dos materiais, mão de obra e gastos diretos, imputados à sua construção.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente ou, se desnecessário por tratar-se de uma avaliação de mercado aceite pelo órgão de gestão, por uma avaliação interna assente nos critérios de determinação do justo valor do ativo. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Aumentos/Reduções de justo valor".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), bem como os rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.1.4. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa 21% em relação da matéria coletável. O Município de Óbidos não tem derrama, ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.1.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao “custo médio ponderado” como método de custeio.

Os produtos acabados e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor realizável líquido destes bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A Entidade não adotou o sistema de inventário permanente na contabilização dos inventários, estando legalmente dispensada ao abrigo da alínea d), n.º 4 do art.º 12.º do DL 158/2009 de 13/7.

3.1.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em Bancos.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.1.8. Capital Social

O capital social é de 1.137.886 euros, está totalmente realizado e é detido na totalidade pelo Município de Óbidos.

3.1.9. Outros Instrumentos de capital próprio

Os outros instrumentos de capital próprio são registados pelo seu valor nominal e correspondem a instrumentos financeiros que não se enquadram na definição de passivo financeiro.

3.1.10. Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.1.11. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor e ao seu custo amortizado, que não difere do valor nominal.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas e prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Dividendos obtidos” quando existe o direito de os receber.

3.1.13. Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.14. Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.1.15. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal ou órgãos sociais para além dos de benefícios de curto prazo.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

As estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 incluíram:

- a) Imparidade de goodwill, ativos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras;
- b) Provisões para contingências e passivos ambientais;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- g) Estimativas sobre posições fiscais incertas.
- h) Justo valor nas Propriedades de Investimento

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.

3.3 Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade a Entidade monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

- a) Risco de taxa de câmbio

A exposição da Entidade ao risco de taxa de câmbio resulta na sua maioria a saldos de terceiros denominados em moeda diferente do euro, no entanto os montantes associados a estes são poucos expressivos.

b) Risco de taxa de juro

O endividamento da Entidade encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

Através da monitorização que é feita sobre as taxas de juro e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição de uma Entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos inventários que integrem em cada momento o seu balanço, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a Entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços de mercado e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de preço está razoavelmente controlado.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição da Entidade ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafons de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido e, em casos cuja análise de risco, efetuada sobre o terceiro, o aconselhe, através da subscrição de seguros de crédito.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

Ano 2018

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	200,00	1.657.724,03	1.657.724,03	200,00
Depósitos à ordem	462.675,53	2.052.768,81	1.995.590,04	519.854,30
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	462.875,53	3.710.492,84	3.653.314,07	520.054,30

Ano 2017

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.400,00	1.531.781,00	1.532.981,00	200,00
Depósitos à ordem	404.940,83	2.016.581,97	1.958.847,27	462.675,53
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	406.340,83	3.548.362,97	3.491.828,27	462.875,53

Todos os valores em Caixa encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Outras informações:

Descrição	2018	2017
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5. Partes relacionadas

5.1 Entidades que participam no capital da Entidade:

NIF	507 566 343
Denominação	Município de Óbidos
Sede (País)	Portugal
Capital social detido	1 137 886 €
Direitos de Voto	100%
Data de Início da participação	07-02-2006
É a entidade controladora final?	Sim

5.2 Remunerações dos gestores:

Natureza das remunerações	Quantias	
	2018	2017
Total de remunerações	46 419,64 €	47 863,25 €
Total de benefícios de curto prazo dos empregados		
Total de benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios de longo prazo		
Total de benefícios por cessação de emprego		
Total de pagamentos com base em ações		

5.3 Transações entre partes relacionadas:

- No exercício existiram as seguintes transações com o Município de Óbidos:
 - Prestação de Serviços: 4.598,00 euros
 - Saldos em dívida pelo Município de Óbidos: 112.500 euros

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações de 2018 foram os seguintes:

Ano 2018

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos biológicos	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em curso	Conta 455 Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início do período			396.224,13	76.761,54	53.452,89		269.586,64			796.025,20
Depreciações acumuladas no início do período			370.184,93	76.761,54	40.139,96		223.355,62			710.442,05
Imparidades acumuladas no início										0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	26.039,20	0,00	13.312,93	0,00	46.231,02	0,00	0,00	85.583,15
Varições no período										
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,00	0,00	18.017,55	0,00	0,00	19.769,55
Aquisições em 1ª mão					1.752,00		18.017,55			19.769,55
Contrações										0,00
Outras aquisições										0,00
Estimativa custos de desmantelamento										0,00
Trabalhos para a própria entidade										0,00
Revalorizações (+)										0,00
Outros aumentos										0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	5.582,24	0,00	2.535,33	0,00	14.632,47	0,00	0,00	22.750,04
Depreciações do período			5.582,24		2.535,33		14.632,47			22.750,04
Perdas por imparidade										0,00
Alienações										0,00
Abates										0,00
Outras diminuições										0,00
Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
Transferências de AFT em curso										0,00
Transferências de/para ANCDV										0,00
Outras transferências										0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	20.456,96	0,00	12.529,60	0,00	49.616,10	0,00	0,00	82.602,66
Valor bruto no fim do período										0,00
Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

Todos os ativos estão livres de ónus.

Óbidos Criativa, E.M.

Consta uma hipoteca voluntária na descrição do registo predial do imóvel 4592 (Porta da Vila) no montante máximo assegurado de 34.554 euros a favor da "Fazenda Pública". Segundo Administração a mesma não será accionada por estar líquidada desde o ano de 2015. Será promovido o distrate desta garantia no decorrer do próximo exercício.

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações de 2017 foram os seguintes:.

Ano 2017

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos biológicos	Conta 437 Outros Ativos Fijos Tangíveis	Conta 453 Adiantamentos AFT em curso	Conta 455 Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início do período			396.224,13	76.761,54	53.452,89		226.448,21			752.886,77
Depreciações acumuladas no início do período			364.560,85	75.470,20	36.632,18		209.644,97			686.308,20
Imparidades acumuladas no início										0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	31.663,28	1.291,34	16.820,71	0,00	16.803,24	0,00	0,00	66.578,57
Varições no período										
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.138,43	0,00	0,00	43.138,43
Aquisições em 1ª mão							43.138,43			43.138,43
Contrações										0,00
Outras aquisições										0,00
Estimativa custos de desmantelamento										0,00
Trabalhos para a própria entidade										0,00
Revalorizações (+)										0,00
Outros aumentos										0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	5.624,08	1.291,34	3.507,78	0,00	13.710,65	0,00	0,00	24.133,85
Depreciações do período			5.624,08	1.291,34	3.507,78		13.710,65			24.133,85
Perdas por imparidade										0,00
Alienações										0,00
Abates										0,00
Outras diminuições										0,00
Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
Transferências de AFT em curso										0,00
Transferências de/para ANCDV										0,00
Outras transferências										0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	26.039,20	0,00	13.312,93	0,00	46.231,02	0,00	0,00	85.583,15
Valor bruto no fim do período										0,00
Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

7. Propriedade de Investimento

7.1. Quantia escriturada e movimentos do período em propriedades de investimento:

Ano 2018

Descrição	Modelo do Custo			TOTAL
	Terrenos e Rec.Naturais	Edifícios e Out. Construções	Outras Prop. Investimento	
Divulgações				
Valor bruto no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas no início do período				0,00
Imparidades acumuladas no início				0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no período				
Aumentos do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Aquisições				0,00
Variações no justo valor				0,00
Concentrações				0,00
Outros aumentos	191.500,00	574.500,00		766.000,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no justo valor				0,00
Depreciações do período				0,00
Perdas por imparidade				0,00
Alienações				0,00
Abates				0,00
Outras diminuições				0,00
Reversões de Perdas por Imparidade				0,00
Transferências de PI em curso				0,00
Transferências de/para ANCDV				0,00
Transferências de/para inventários				0,00
Transferências de/para AFT				0,00
Outras transferências				0,00
Diferenças de câmbio líquidas				0,00
Saldo no fim do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Valor bruto no fim do período				0,00
Depreciações acumuladas no fim do período				0,00
Valor de restituições à realização de rendimentos				

Existem 3 imóveis que a Entidade está a obter rendimento e que atualmente não estão a ser ocupados pelo dono, motivo pelo qual foram transferidos de investimentos em curso para a rubrica de propriedades de investimento.

Os referidos imóveis estão reconhecidos pelo Justo Valor tendo sido efetuado uma avaliação por um perito registado na CMVM que avaliou um dos imóveis sito na Vila de Óbidos. Dessa avaliação, resultou à data da passagem dos ativos para a rubrica de PI's, um aumento nos capitais próprio no valor de 54.815,53 euros. Os outros 2 imóveis, que estão a ser explorados pelo Município, a Administração entendeu que o seu valor corresponde ao Justo Valor em referência à data das demonstrações financeiras.

7.2. Outra informação sobre propriedades de investimento.

Foram reconhecidas rendas no exercício no valor de 6.000,00 euros.

8. Inventários

8.1. Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Ano 2018

Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. e consumo	Total
Inventários iniciais	83.178,87		83.178,87
Compras	8.547,86		8.547,86
Reclassificação e regularização de inventários	-1.310,90		-1.310,90
Inventários finais	73.607,78		73.607,78
Custo das mercadorias vendidas e matérias cons	16.808,05	0,00	16.808,05

Ano 2017

Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. e consumo	Total
Inventários iniciais	87.263,00		87.263,00
Compras	13.942,59		13.942,59
Reclassificação e regularização de inventários			0,00
Inventários finais	83.178,87		83.178,87
Custo das mercadorias vendidas e matérias cons	18.026,72	0,00	18.026,72

8.2. Decomposição da rubrica "Inventários":

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Mercadorias	73.607,78	83.178,87	(9.571)	(11,5)
Mercadorias em trânsito				
Perdas por imparidade acumuladas				
Subtotal	73.607,78	83.178,87	(9.571)	(11,5)
Matérias primas subs. e de consumo				
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos desperd. resid. e refugos				
Produtos e trabalhos em curso	319.481,95	319.481,95		
Adiantamentos por conta de compras				
Totais	393.089,73	402.660,82	(9.571)	(2,4)

Não existem inventários dados como penhor de garantia de quaisquer passivos.

8.3. Apuramento da variação nos inventários da produção:

Ano 2018

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resid. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2017

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resid. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Não ocorreu alteração, conclusão nem transmissão dos PTC durante o ano de 2018.

8.4 Perdas por imparidade em inventários

Avaliamos a necessidade de constituição de imparidades sobre inventários e a administração entende que os inventários estão registados por uma quantia escriturada não superior ao seu valor realizável líquido, pelo que não existem imparidades por reconhecer em inventários.

9. Diferimentos

9.1. Divulgação dos elementos que constituem a rubrica "Diferimentos"

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Gastos a Reconhecer	4.679,38	6.269,12	-1.589,74	(25,4)
Seguros	2.291,26	1.086,51	1.204,75	
...			0,00	
Outros	2.388,12	5.182,61	-2.794,49	(53,9)
Rendimentos a reconhecer	500,00	0,00	500,00	100,0
Rendas			0,00	
Contratos de construção			0,00	
...			0,00	
Outros rendim. diferidos	500,00	0,00	500,00	100,0
Totais	5.179,38	6.269,12	-1.089,74	100,0

10. Rédito

10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Venda de bens	32.968,36	53.005,08	(20.037)	(37,8)
Prestação de serviços	1.725.554,30	1.562.369,24	163.185	10,4
Subtotais	1.758.522,66	1.615.374,32	143.148	8,9
Juros			0	
Dividendos			0	
Subtotais	0,00	0,00	0	
Totais	1.758.522,66	1.615.374,32	143.148	8,9

11. Impostos e Contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	2018	2017
1 Resultado antes de impostos	30 362,38	17 515,48
2 Imposto corrente	17 457,19	6 614,33
3 Imposto diferido	-452,03	0,00
4 Imposto sobre o rendimento (4=2+3)	17 005,16	6 614,33
5 Tributações autónomas	10 325,49	3 905,03
6 Taxa efetiva de imposto (6=4/1)	56%	38%

O imposto diferido é respeitante a imparidades de clientes cujo gasto só será aceite em períodos futuros.

11.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:

Descrição	2018		2017	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC a Pagar		9 836,02		
IRC a Recuperar			7 851,37	
PEC a recuperar				
Retenções de IRS - Trabalho dependente		4 118,00		4 204,00
Retenções de IRS - Trabalho independente		2 591,69		3 093,73
Retenções de IRS - Prediais				
IVA - A pagar		69 624,90		42 424,18
IVA - A recuperar				
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social		10 563,23		11 986,36
Totais	0,00	96 733,84	7 851,37	61 708,27

Existe um passivo por imposto diferido, no valor de 14.571,22 euros que está associado à revalorização das Propriedades de Investimento.

12. Instrumentos financeiros

12.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Ano 2018

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	6 177,60	10 288,00			16 465,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	6 177,60	10 288,00	0,00	0,00	16 465,60

As imparidades de clientes estão constituídas pela integralidade respeitante aos saldos onde foram identificados riscos de cobrança associados.

Ano 2017

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	3 626,05	6 177,60	3 626,05		6 177,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	3 626,05	6 177,60	3 626,05	0,00	6 177,60

Dívidas de Cobrança duvidosa

Descrição	2018	2017
Relativos a processos de insolvência e recuperação e processos de execução		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	16 465,60	0,00
Há mais de 6 e até 12 meses	1 722,00	
Há mais de 12 e até 18 meses	3 444,00	
Há mais de 18 e até 24 meses		
Há mais de 24 meses	11 299,60	
Totais	16 465,60	0,00

12.2. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Ano 2018

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Clientes	215 530,26	16 465,60	199 064,66
Clientes c/c	199 064,66		199 064,66
Clientes - Títulos a receber			0,00
Clientes - Cheques-pré-datados			0,00
Clientes de cobrança duvidosa	16 465,60	16 465,60	0,00
...			
Outros créditos a receber	21 743,86		21 743,86
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	60 504,87		60 504,87
Fornecedores c/c	60 504,87		60 504,87
Fornecedores - Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes			0,00
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes de capital			0,00
Outras dívidas a pagar	139 362,74		139 362,74
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros	-10 288,00		-10 288,00
Passivos financeiros	-5 858,48		-5 858,48
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00

Ano 2017

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Clientes	228 934,96	6 177,60	222 757,36
Clientes c/c	226 189,41	3 432,05	222 757,36
Clientes - Títulos a receber			0,00
Clientes - Cheques-pré-datados			0,00
Clientes de cobrança duvidosa	2 745,55	2 745,55	0,00
...			
Outros créditos a receber			0,00
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	176 392,24		176 392,24
Fornecedores c/c	176 392,24		176 392,24
Fornecedores - Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes			0,00
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes de capital			0,00
Outras dívidas a pagar	144 766,35		144 766,35
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros	-2 551,55		-2 551,55
Passivos financeiros	-5 956,01		-5 956,01
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00

12.3. Decomposição da rubrica “ Outros Créditos a Receber”

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Fornecedores c/c (saldo devedor)	646,30		646,30	
Adiantamentos ao pessoal			0,00	
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	21.097,56	6.097,56	15.000,00	2,5
Juros a receber			0,00	
Acrésc. rend. relativos a Contratos de Construção			0,00	
Outros acréscimos de rendimentos	21.097,56	6.097,56	15.000,00	2,5
Outros Devedores			0,00	
Totais	21.743,86	6.097,56	15.646,30	2,6

12.4. Decomposição da rubrica “ Outras Dívidas a Pagar”

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Clientes (saldo credor)				
Remunerações a pagar		136,54	(137)	(100,0)
Fornecedores de Investimentos	12.030,35	12.030,35	0	0,0
Credores por acréscimos	191.237,79	80.494,03	110.744	137,6
Seguros a liquidar				
Remunerações a liquidar - Encargos c/ férias	76.444,10	78.473,64	(2.030)	(2,6)
Remunerações a liquidar - Gratificação de Balanço				
Juros a liquidar				
Outros acréscimos de gastos	114.793,69	2.020,39	112.773	5.581,8
Outros Credores a)	36.094,60	52.105,43	(16.011)	(30,7)
Totais	239.362,74	144.766,35	94.596	65,3

- A rubrica **Outros Credores** diz respeito, especialmente, a valores a liquidar referentes ao último evento de 2018.
- A rubrica de Outros acréscimos de gastos respeita fundamentalmente gastos especializados relacionados com o último evento de 2018.

13. Capitais Próprios

13.1. Indicação das quantias do capital social subscrito e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital subscrito ascende a 1.137.886 euros e encontra-se integralmente realizado.

13.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente:

Ano 2018

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
Ações (quotas) próprias				0,00
Outros instrumentos de capital próprio				0,00
Prêmios de emissão				0,00
Reservas legais	86.470,84			86.470,84
Outras reservas	481.535,58			481.535,58
Resultados Transitados	-208.952,27	10.901,15		-198.051,12
Excedentes de revalorização		54.815,53		54.815,53
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio				0,00
Resultado Líquido do Período	10.901,15	13.357,22	10.901,15	13.357,22
TOTAIS	1.507.841,30	79.073,90	10.901,15	1.576.014,05

Conforme referido no ponto Propriedades de Investimento, as mesmas foram mensuradas ao Justo Valor e da revalorização por técnico independente, resultou um excedente de revalorização de 54.815,53 euros, ao qual se encontra relevado um passivo por imposto diferido associado, no montante de 14.571,21 euros.

Ano 2017

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
Ações (quotas) próprias				0,00
Outros instrumentos de capital próprio				0,00
Prêmios de emissão				0,00
Reservas legais	86.470,84			86.470,84
Outras reservas	481.535,58			481.535,58
Resultados Transitados	-228.629,29	19.677,02		-208.952,27
Excedentes de revalorização				0,00
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio				0,00
Resultado Líquido do Período	19.677,02		8.775,87	10.901,15
TOTAIS	1.496.940,15	19.677,02	8.775,87	1.507.841,30

14. Fornecimentos e serviços externos

14.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos, conforme quadro anexo:

Contas	Descrição	2018	2017	Variação	
				Valor	%
621	Subcontratos	8.750,00	11.750,00	-3.000,00	(25,5)
6221	Trabalhos especializados	324.977,01	255.431,76	69.545,25	27,2
6222	Publicidade e propaganda	23.501,44	5.981,26	17.520,18	292,9
6223	Vigilância e segurança	124,72	0,00	124,72	
6224	Honorários	329.203,15	248.517,79	80.685,36	32,5
6225	Comissões	3.952,29	2.635,90	1.316,39	49,9
6226	Conservação e reparação	7.498,67	6.616,75	881,92	13,3
6228	Outros serviços especializados	4.052,29	10.071,96	-6.019,67	(59,8)
6231	Ferram. e utens. desg. rápido	88.538,66	90.845,68	-2.307,02	(2,5)
6232	Livros e documentação técnica				
6233	Material de escritório	7.150,92	5.877,18	1.273,74	21,7
6234	Artigos para oferta	616,10	116,01	500,09	431,1
6238	Outros materiais				
6241	Eletricidade				
6242	Combustíveis	8.006,65	5.343,51	2.663,14	49,8
6243	Água				
6248	Outros fluidos	1.249,82	1.265,44	-15,62	(1,2)
6251	Deslocações e estadas	83.765,44	24.105,87	59.659,57	247,5
6252	Transportes de pessoal				
6253	Transportes de mercadorias	861,00	2.854,51	-1.993,51	(69,8)
6254	Refeições	112,50			
6258	Outros transportes				
6261	Rendas e alugueres	152.542,21	159.035,62	-6.493,41	(4,1)
6262	Comunicação	5.753,06	5.220,02	533,04	10,2
6263	Seguros	4.484,07	4.420,39	63,68	1,4
6264	Royalties			0,00	
6265	Contencioso e notariado	1.945,84	1.116,82	829,02	74,2
6266	Despesas de representação	339,72	384,84	-45,12	
6267	Limpeza, higiene e conforto	3.179,93	5.529,71	-2.349,78	(42,5)
6268	Outros serviços				
	Totais	1.060.605,49	847.121,02	213.484,47	25,2

15. Gastos com o Pessoal

15.1. Pessoal ao serviço da Entidade e horas trabalhadas:

Descrição	2018		2017	
	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	28	44.151	34	57.088
Pessoas remuneradas	28	44.151	34	57.088
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo	28	44.151	34	57.088
(das quais pessoas remuneradas)	28	44.151	34	57.088
Pessoas a tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino	15	26.146	17	29.436
Feminino	13	19.005	17	27.652
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

15.2. Gastos com o pessoal:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais (das quais participação nos lucros)	46.952,91	50.473,09	-3.520,18	(7,0)
Remunerações do pessoal (das quais participação nos lucros)	450.206,79	510.853,43	-60.646,64	(11,9)
Benefícios pós emprego				
Indemnizações				
Encargos sobre as remunerações	108.233,65	122.900,81	-14.667,16	(11,9)
Seguros de acidentes no trabalho	8.037,81	9.008,35	-970,54	(10,8)
Gastos de ação social				
Outros gastos com o pessoal (dos quais: formação) (dos quais: fardamento)	1.950,51	1.626,43	324,08	19,9
Totais	615.381,67	694.862,11	-79.480,44	(21,6)

16. Outros gastos e outros rendimentos

16.1. Decomposição da rubrica "Outros gastos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Impostos	7.265,23	10.029,10	-2.763,87	(27,6)
Descontos de p.p. concedidos				
Dívidas incobráveis				
Perdas em inventários	119,35		119,35	
Gastos e perd. em inv. não financ.				
Outros gastos e perdas	26.021,23	21.549,91	4.471,32	20,7
Totais	33.405,81	31.579,01	1.826,80	5,8

16.2. Decomposição da rubrica "Outros rendimentos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Rendimentos suplementares	121,26	20.048,78	-19.927,52	(99,4)
Descontos de p.p. obtidos	2,11		2,11	
Recuperação de dívidas a receber				
Ganhos em inventários				
Rend. e ganhos nos rest. ativos fin.				
Rend. e ganhos em inv. não fin.				
Outros	30.955,41		30.955,41	
Juros obtidos				
Outros rendimentos similares		490,60	-490,60	(100,0)
Totais	31.078,78	20.539,38	10.539,40	51,3

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por atividade económica:

Ano 2018

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	243,91	31 237,61	1 486,84	32 968,36
De mercadorias	243,91	31 237,61	1 486,84	32 968,36
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	1 725 213,13	23,17	318,00	1 725 554,30
Compras	165,00	8 382,86		8 547,86
Fornecimentos e serviços externos	1 051 409,25	7 506,34	1 689,90	1 060 605,49
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	252,12	15 799,57	756,36	16 808,05
Mercadorias				0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Gastos com o pessoal	573 473,21	35 691,63	6 216,83	615 381,67
Remunerações	571 522,70	35 691,63	6 216,83	613 431,16
Outros gastos	1 950,51			1 950,51
Ativos fixos tangíveis				0,00
Quantia escriturada líquida final	82 602,66			82 602,66
Total das aquisições	19 769,55			19 769,55
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00
Propriedades de investimento				0,00
Quantia escriturada líquida final	766 000,00			766 000,00
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

Ano 2017

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	5 757,91	45 547,00	1 700,17	53 005,08
De mercadorias	5 757,91	45 547,00	1 700,17	53 005,08
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	1 561 104,24	6,50	1 258,50	1 562 369,24
Compras	2 710,80	11 397,89		14 108,69
Fornecimentos e serviços externos	838 340,94	5 444,89	3 335,19	847 121,02
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	3 533,24	14 493,48	0,00	18 026,72
Mercadorias				0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Número médio de pessoas ao serviço	29	2	3	34
Gastos com o pessoal	545 555,09	49 379,02	99 928,00	694 862,11
Remunerações	435 712,32	41 657,57	83 956,63	561 326,52
Outros gastos	109 842,77	7 721,45	15 971,37	133 535,59
Ativos fixos tangíveis				0,00
Quantia escriturada líquida final	85 583,18			85 583,18
Total das aquisições	43 138,43			43 138,43
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00
Propriedades de investimento				0,00
Quantia escriturada líquida final	696 613,25			696 613,25
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

17.2. Informação por mercado geográfico:

A Entidade apenas atua exclusivamente no mercado nacional, assim sendo a informação é igual à expressa na alínea anterior.

17.3. Outras divulgações exigidas por diploma legal

- A entidade não dispõe de sucursais.
- A Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Durante o período de 2018, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo detido em 31 de dezembro de 2018.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.
 - Os honorários faturados no período de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas 5.400,00€ ao qual acresce IVA.

19. Outras informações

19.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.
- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

19.3 Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

Propomos que o lucro obtido em 2018, no valor de 13.357,22 euros, seja aplicado em cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores:

- Para Resultados Transitados..... 13.357,22 euros

Total..... .. 13.357,22 euros

20. Gestão do Risco

A empresa municipal seguiu ao nível da gestão de risco a política adotada pela administração:

a) Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

-Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;

-Possui pessoas afetas às cobranças.

b) Riscos de Mercado

i) Risco de Taxa de Juro

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

ii) Risco de Taxa de Câmbio

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.

c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

21. Acontecimentos após a data do balanço

21.1. Autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 20/03/2019.

21.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício e até à presente data, não se registaram outros factos suscetíveis de reconhecimento ou divulgação das demonstrações financeiras ora apresentadas.

A Contabilista Certificada

Michelle Freyreira

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]



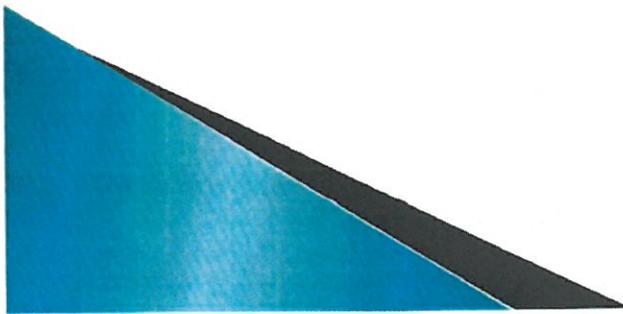
EM.
óbidos **Criativa**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2018



Garruço, Viana & Associado
SROC





Garruço, Viana & Associado
SROC

Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO ANO DE 2018

Exmos Senhores,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **Óbidos Criativa, E.M.** relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Entidade, através da análise das suas contas, da verificação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços os quais, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado e conforme mencionado na Certificação Legal das Contas, é nossa convicção que o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias. Confirmamos ainda que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos legais. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos, nesta data, a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.

PARECER

Face ao exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral de **Óbidos Criativa, E.M.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas do período findo em 31 de dezembro de 2018;
- b) A proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de Gestão;

Oliveira do Bairro, 18 de Março de 2019

O Fiscal Único



Garruço, Viana & Ass., SROC
SROC 322 | CMVM 20180004
Representada por Viana

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda
SROC322 | CMVM 20180004
Representada por
João Martins Viana,
ROC n.º 607 | CMVM n.º 20170255



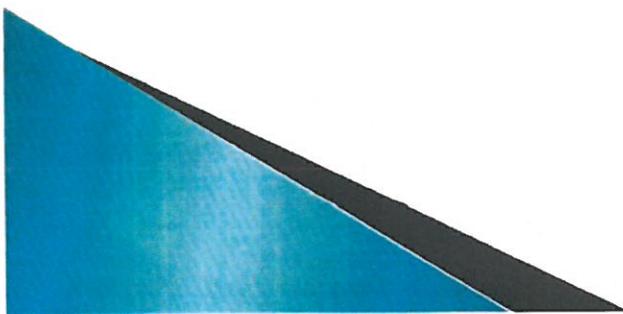
EM
óbidos **Criativa**

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS

Exercício de 2018



Garruço, Viana & Associado
SROC





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.987.686,62 euros e um total de capital próprio de 1.576.014,05 euros, incluindo um resultado líquido de 13.357,22 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- ▶ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Garruço, Viana & Associado
SROC

Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo em sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira do Bairro, 18 de Março de 2019

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda

SROC322 | CMVM 20180004

Representada por



Garruço, Viana & Ass., SROC
SROC322 | CMVM 20180004
Representada por Viana

João Martins Viana,
ROC n.º 607 | CMVM n.º 20170255

ÓBIDOS CRIATIVA – E.M.

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018

8 (em cumprimento com alínea b) do n.º 1 do artigo 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro)

Valores em €

ID	Ano de Constituição Da dívida	Class. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
			NIF	Designação			
21111158	2018	72112	219496889	Luis Manuel Alexandre Ferreira	Concessão de espaço	384,38	
21111212	2014	72113	207691428	Marisa Alexandre Mendes da Costa Lourenço	Aluguer de espaço	1.230,00	
21111283	2017	721131	507925173	Siemens Healthcare Lda.	Aluguer de espaço	246,00	